Voto de Protesto N.º 393/XIII/3ª

Pela inacção de Suu Kyi em relação à limpeza étnica da minoria rohingya por parte das autoridades birmanesas

Na sequência de um ataque a postos de polícia alegadamente efectuado pelos rebeldes rohingya do Exército de Salvação do Estado, as forças militares birmanesas lançaram uma ofensiva atroz a esta comunidade, no estado de Rakhine, destruindo as suas aldeias e atacando vilmente os seus habitantes, levando à fuga de pelo menos 400 mil civis para o Bangladesh. Esta limpeza étnica já foi identificada pela ONU, impedida de entrar no país.

Aung San Suu Kyi, activista pelos Direitos Humanos, Nobel da Paz, e atual líder de facto do Governo birmanês, manteve-se em silêncio deste o início destes ataques, negligenciando o bem-estar e a proteção de milhares de cidadãos e fechando os olhos ao pedido de avaliação pacífica da situação por parte da ONU.

Durante anos Suu Kyi esteve na oposição política birmanesa, marcando uma resistência pacífica ao regime autoritário em vigor. Quando foi presa pelas autoridades depois das eleições de 1990, a comunidade internacional uniu-se e exigiu a sua libertação, já que a sua detenção significava um atentado aos Direitos Humanos e mostrava que a Birmânia era, de facto, um regime não democrático. Também por isso, e pela sua resistência bem firme em prol da dignidade da população birmanesa, Suu Kyi foi nomeada Prémio Nobel da Paz em 1991.

Ora, se Suu Kyi é Prémio Nobel da Paz pela sua acção em prol dos Direitos Humanos e é a atual líder da Birmânia, não seria de esperar que deixasse que mulheres, homens e crianças fossem desprovidos da sua dignidade e desalojados no seu próprio país. Mas aos olhos da comunidade internacional foi exatamente isso que aconteceu. Suu Kyi deixou que as autoridades birmanesas levassem a cabo esta perseguição à minoria muçulmana rohingya.

Suu Kyi discursou perante a ONU e garantiu que vai responsabilidades. A Assembleia da República, reunida em sessão plenária, protesta pela inacção da líder birmanesa, e apela para que coloque um ponto final à perseguição da minoria rohingya na Birmânia, dando instruções claras às autoridades birmanesas para cessar os ataques, iniciar o realojamento dos refugiados e autorizar o acompanhamento pacífico da situação pela ONU.

Assembleia da República, 19 de Setembro de 2017

O Deputado,

André Silva